

Comissão quer facilitar acesso de agricultores a água e financiamento

Colegiado de Administração promoveu audiência pública para tratar do tema

Atualizar e conciliar as normas que regulam o abastecimento de água, a proteção dos recursos hídricos e o financiamento público de projetos de irrigação para pequenos agricultores. Esses foram os objetivos traçados pela Comissão de Administração, ontem, durante audiência pública sobre o tema.

Muitos agricultores têm reclamado de dificuldades para cumprir duas exigências legais de acesso ao crédito: obter a licença ambiental e o título de outorga para uso da água. Foi o que relatou o presidente do colegiado, deputado Antônio Moraes (PP). “Não queremos desrespeitar a legislação, mas precisamos que os órgãos governamentais envolvidos encontrem uma maneira de centralizar e agilizar esses processos”, argumentou.

“Existe uma enorme distância entre o arcabouço legal e a vida real. Isso prejudica, especialmente, a população que precisa de um poço para desenvolver sua atividade produtiva ou conseguir água para sobrevivência”, avaliou o deputado Waldemar Borges (PSB), que solicitou o debate. O socialista defendeu que sejam observadas as parti-

cularidades de cada região de Pernambuco. “Hoje, a licença para perfuração exige profundidade de 50 metros. A medida pode ser suficiente para dar acesso ao aquífero em algumas localidades, mas insuficiente em outras situações”, exemplificou.

Segundo o superintendente regional do Banco do Nordeste, Pedro Ermírio Filho, outros Estados possuem legislações mais simples. Ele citou as normas de Sergipe como exemplo, podendo servir de modelo para uma reforma das regras de Pernambuco. “Muitas vezes, os requisitos que a Agência Pernambucana de Águas e Clima (Apac) utiliza para dispensar o pequeno agricultor de determinadas exigências são diferentes daqueles adotados pela Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH). Isso contribui para que a liberação de crédito pelo banco demore mais”, disse.

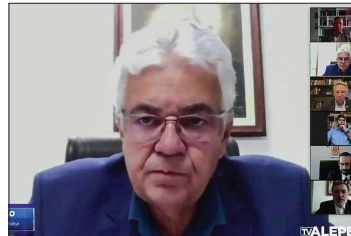
Secretária estadual de Infraestrutura e Recursos Hídricos, Fernandha Batista sugeriu a criação de um grupo de trabalho (GT) para a elaboração conjunta de um projeto de lei que pacifique os conflitos. “Vamos retomar discussões que vinham sendo travadas pelos diferentes órgãos envolvidos com o tema,

mas que foram suspensas desde o início da pandemia. Podemos nos basear na norma sergipana e construir uma que compatibilize todas as exigências daqui”, propôs.

Para o diretor-presidente da CPRH, Djalma Paes, a solução conjunta deverá simplificar o processo. Ele ressaltou, no entanto, a necessidade de se manter o controle do Poder Público sobre o licenciamento ambiental. “Pernambuco sofre com a carência de recursos hídricos. Precisamos impor limites para a utilização de águas subterrâneas, de forma que atendam a comunidade por um maior período”, observou.

Diretora-presidente da Apac, Suzana Montenegro colocou-se à disposição para fazer parte do grupo de trabalho. Ela comentou que há resoluções diversas disciplinando a questão no Estado, tendo em vista as características particulares de cada região. “Temos uma legislação avançada com relação ao assunto, mas sempre há espaços para melhorias”, opinou.

Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool em Pernambuco (Sindaçúcar-PE), Renato Cunha salientou que é necessário ha-



AGILIDADE - Presidente do grupo parlamentar, Antônio Moraes relatou dificuldade de produtores para obter licença ambiental



EQUILÍBRIO - Cunha defendeu que legislação deve garantir a continuidade dos investimentos e a manutenção dos empregos

ver representantes dos empreendedores no GT. “Precisamos de uma legislação equilibrada, que garanta a continuidade dos investimentos e a manutenção dos empregos”, pontuou.

“É importante pactuarmos um documento que considere todos os atores envolvidos. Isso porque a mudança pode gerar descontentamento em alguns segmentos”, alertou o presidente da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), José Patriota. Para ele, a Alepe poderia contribuir liderando o debate intersetorial.

ÁGUA BRUTA - Outro assunto abordado na audiência pública foi a mudança na legislação federal que regula a utilização da água bruta, aquela que não passou pelo processo de tratamento. A recente Portaria nº 888/2021, do Ministério da Saúde, permite o uso do re-

curso apenas para a indústria, não para o consumo humano. Os participantes do encontro pediram que a regulação estadual facilite esse acesso.

Diretora-presidente da Compesa, Manuela Coutinho defendeu o envolvimento do Ministério Público de Pernambuco na discussão. “Como há uma determinação do Ministério da Saúde, não adianta elaborarmos uma proposta legal em Pernambuco sem o aval desse órgão de controle”, registrou. Já a secretária de Recursos Hídricos informou que fará um levantamento das localidades que precisam da instalação de estações de tratamento.

O deputado Antonio Fernando (PSC) citou as dificuldades que a medida impõe a algumas comunidades rurais que fazem uso da água bruta. “A gente não pode penalizar os

agricultores que só têm a opção da adutora. É uma legislação que não condiz com a realidade”, enfatizou.

“Reconheço a necessidade de se facilitar o acesso à água de qualidade para todos os lugares possíveis, mas devemos nos atentar para regular o uso desse recurso finito”, argumentou o deputado Tony Gel (MDB). Os deputados José Queiroz (PDT) e Diogo Moraes (PSB) também se colocaram à disposição para trabalhar num novo marco legal.

Ainda na manhã de ontem, a Comissão de Administração Pública aprovou dois projetos de lei (PLs) que autorizam o Governo do Estado a ceder o direito de uso de imóveis, por tempo determinado, aos municípios de Aliança (Mata Norte) e de Petrolina (Sertão do São Francisco).

Protesto

Cidadania adia reunião sobre excesso policial em ato contra Bolsonaro

A Comissão de Cidadania descartou, por enquanto, chamar o secretário estadual de Defesa Social, Antônio de Pádua, para tratar da repressão policial violenta ao protesto contra o presidente Jair Bolsonaro, no último sábado (29). A sugestão foi apresentada ontem pela presidente do colegiado, deputada Jô Cavalcanti, titular do mandato coletivo Juntas (PSOL). Parlamentares governistas, porém, ressaltaram as medidas adotadas pelo Estado após o episódio.

A polista submeteu à análise dos colegas um requerimento propondo uma

“reunião de esclarecimento” com o gestor. Isso porque, na ação policial ocorrida durante a manifestação, dois homens perderam parte da visão após serem atingidos nos olhos por balas de borracha. Outras pessoas ficaram feridas e a vereadora do Recife Liana Cime (PT) foi agredida com spray de pimenta.

Líder do Governo, o deputado Isaltino Nascimento (PSB) lembrou que o secretário Antônio de Pádua se reuniu na última terça, na Assembleia, com os parlamentares estaduais para falar sobre a ação policial. “Houve um debate em que a Casa se posicio-

nou, além de afastamento das pessoas responsáveis e trocas no comando e subcomando da Polícia Militar. A investigação está em curso. Não acho pertinente que este colegiado tenha uma discussão sobre isso”, opinou o socialista.

O deputado João Paulo (PCdoB) sugeriu retirar o requerimento até que haja “algo mais substantivo” a partir das apurações. A deputada Laura Gomes (PSB) recomendou que o grupo parlamentar cobre celeridade à Corregedoria da SDS. “O governador já está tomando providências. Vamos dar o tempo do andamento e, ao final, se não for resolvido,

chamamos”, reforçou o deputado William Brigido (REP).

Durante o encontro, os parlamentares decidiram enviar à Presidência da Alepe a solicitação de um assento permanente para a Comissão de Cidadania no Comitê Gestor do Programa Pacto pela Vida. Outra iniciativa das Juntas, a realização de uma audiência pública no dia 22 de junho para discutir a situação da juventude em Pernambuco, também foi aprovada.

DISCRIMINAÇÃO - O colegiado ainda deu aval a propostas que buscam combater o preconceito nas atividades esportivas. Um dos projetos de lei



ANÁLISE - Jô Cavalcanti submeteu aos colegas requerimento propondo um encontro de “esclarecimento” com o secretário de Defesa Social

(PLs) acatados, de autoria do deputado João Paulo Costa (Avante), estabelece punições para torcedores e clubes de futebol cuja torcida praticar atos de racismo nos estádios, ginásios ou outros locais de competições.

Já o PL nº 2071/2021 determina que o Sistema Esta-

dual de Esporte e Lazer atue para eliminar as causas da desigualdade de gênero e todas as formas de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, idade, deficiência, condição socioeconômica, religião e origem nacional ou regional. A iniciativa é da deputada Delegada Gleide Ângelo (PSB).

FOTOS: REPRODUÇÃO/EVANE MANÇO

FOTO: REPRODUÇÃO/JARBAS ARAÚJO